faz, modificando a capacidade de pensar e de aprender. O cérebro humano resulta de várias construções, o contexto em que ocorre cada aprendizado é de suma importância. A neurociência voltada para a aprendizagem e intervindo junto as crianças que tem ou não dificuldade de aprendizagem, vem para somar quando colocada em prática em sala de aula obtendo assim um resultado positivo.

Os avanços na área da neurociência voltada para a aprendizagem é uma revolução para o meio educacional, pois é o estudo de como o cérebro aprende e como as redes neurais são estabelecidas e fazem as sinapses no momento da aprendizagem e de que maneira os estímulos chegam ao cérebro e de que forma as memórias se consolidam e de que forma posteriormente temos acesso a essas informações armazenadas.

REFERÊNCIAS

Textos: Gómez, Ana Maria Salgado; Terán, Nora Espinosa e (org.) Dificuldades de aprendizagem : Detecção e estratégias de ajuda. São Paulo-Brasil, Cultural S.A. , 2011, 448 pg.

Assencio-Ferreira, Vicente José. O que todo professor precisa saber sobre neurologia. São Paulo, Pulso, 2005,120 pg.

David,Rodrigues. Revista presença pedagógica. Eu ensino,tu aprendes?. São Paulo, Editora Dimensão. V.20/N.119, 2014

http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAcnMAE/sistema-nervoso-aula-anatomia acesso em 08/01/2015

http://flor-essencia.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html acesso em 07/01/2015

http://educlivreprogresso.blogspot.com.br/p/processos-de-aprendizagem.html acesso em 07/01/2015

http://www.infoescola.com/biologia/tecido-nervoso/

http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/recontando_neuronios.html acesso em 08/01/2015

http://pt.slideshare.net/EduardoTuboAlbuquerque/sistema-nervoso-23365386 acesso em 08/01/2015

Piaget, Jean. Para Onde Vai a Educação? Rio de Janeiro: José Olympo , 9ª edição, 1988.

Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987. Lacerda, Sandra da Costa. Currículos e Programas.

http://www.unisa.br/conteudos/6384/f91746805/apostila/apostila.pdf acesso em 13/02/2015.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

FABIANA CALDEIRA

RESUMO

A presente artigo tem por objetivo de pensar a importância das políticas públicas na esfera educacional, de maneira de melhorar a educação no Brasil, proporcionando a construção de cidadãos com éticas e valores. Para Ferreira (2014) “não há como construir uma sociedade voltada para a cidadania, ética e valores familiares sem que a educação possa ser o alicerce que fecunda os pilares da dignidade”. Sendo assim, entende-se que a qualidade da educação é um assunto extremamente complexo, pois retrata o trabalho com os docentes, sua didática, a estrutura da escola, entre outros fatores que influenciam no ensino do indivíduo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a partir de artigos indexados.Assim, política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado.

Palavras Chave: Educação. Políticas Publicas. Sociedade. Estado.

ABSTRACT

This article aims to think about the importance of public policies in the educational sphere, in order to improve education in Brazil, providing the construction of citizens with ethics and values. For Ferreira (2014) “there is no way to build a society focused on citizenship, ethics and family values without education being the foundation that fertilizes the pillars of dignity”. Therefore, it is understood that the quality of education is an extremely complex subject, as it portrays the work with teachers, their didactics, the structure of the school, among other factors that influence the teaching of the individual. The methodology used was bibliographic research based

on indexed articles. Thus, public policy, from the etymological point of view, refers to the participation of the people in the decisions of the city, the territory. However, historically, this participation took on different features, in time and place, and may have happened directly or indirectly (by representation). In any case, an agent has always been fundamental in the event of public policy: the State.

Keywords: Education. Public policy. Society. State.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa e revisão bibliográfica tem por intuito refletir sobre a importância das políticas públicas no âmbito educacional, de modo a melhorar a educação no Brasil, proporcionando a construção de cidadãos com éticas e valores. A importância desta pesquisa é colaboar de forma positiva com a sociedade, mostrando como se dá as políticas púbicas educacionais, alavancando mais conhecimentos para profissionais da área e a todos interessados no tema, de forma significativa quanto a formação integral do sujeito, a fim de prezar a qualidade da educação como peça fundamental para o crescimento da sociedade. Sendo assim, entende-se que a qualidade da educação é um assunto extremamente complexo, pois retrata o trabalho com os docentes, sua didática, a estrutura da escola, entre outros fatores que influenciam no ensino do indivíduo. A educação, conforme Ferreira (2014) "é um conceito muito amplo para ser tratada pelas políticas educacionais, pois é focada nas questões escolares".

Essas políticas públicas têm por intuito encontrar soluções para os grandes desafios sociais na educação, diminuindo assim os diferentes níveis de escolaridade, bem como as diferenças sociais dentro da sala de aula. Tanto que até algum tempo atrás, de acordo com Schneider (s\d) o ensino era um privilégio de poucos, onde somente quem tinha condições econômicas, tinham acesso à escola. Segundo Goldemberg (1993) "a educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural, mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais."

Conforme estabelecido na Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

"Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

No Brasil, o sistema educacional, conforme Santos (2010)"reflete-se, até pouco tempo atrás, num modelo instrucional obsoleto tanto em sua estrutura hierárquica, quanto em seu conteúdo formal, incompatível com as exigências da sociedade atual." Segundo revela as pesquisas quanto a história da educação, Gadotti (1995) entende que houve três período predominantes, onde foi do descobrimento até 1930, o qual considerava a educação como tradicional, centrada no adulto e no professor como ser supremo, essa época era pautada pela religiosidade, já o segundo período foi de 1930 a 1964, momento de muitos conflitos entre o ensino púbico e o privado, a educação era liberal centrada na criança e por fim o último período de 1964 a 1985 tempo em que o governo militar era dominante e predominava a escola tecnicista, a partir desse momento houveram várias transições que dura até os dias atuais, deixando claro que a educação ainda tem falhas, atrasos com relação aos outros países do mundo e por esse fato necessita e muito das políticas públicas, a fim de corrigir essas lacunas e melhorar a aprendizagem em todo o país.

O grande pilar da educação é a habilidade emocional, pois tem como foco o trabalho com as emoções e para isso requer paciência, pois numa sala de aula os indivíduos terão condições para lidar com seus sentimentos o que contribuirá para um mundo menos agressivo. A educação tem como proposta, a promoção do desenvolvimento do caráter, da liberdade, autonomia e cidadania, onde o ensino é considerado uma ação que envolve a organização e o educador, que tem como papel de preparar, dirigir, acompanhar e avaliar o processo de ensino. (Martins, s/d).

Por meio da Constituição de 1988 "a educação foi considerada um direito de todos, dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho". (Gadotti, 1995). Assim Nascimento (2011) retrata que a educação está focada cada vez mais nos seres humanos, voltada para suas necessidades e características de um ser dotado de espírito, corpo, emoção e razão, onde a escola é um espaço amplo, que se encontram as diferenças, valores, experiências, culturas, crenças e relações sociais que se misturam e fazem da escola uma estimulante estrutura de aquisição do conhecimento. A educação tem mudado significativamente com o decorrer dos anos, de acordo com o progresso econômico, mas ainda falta muito para atender plenamente a toda a demanda da sociedade com qualidade. (Schwartzman, 2005) O ensino deveria ser focado na desconstrução da desigualdade social, dando acesso e condição a todos os alunos, com a intenção de adquirir o aprendizado com qualidade e eficiência, valorizando os professores e a troca de idéias e conhecimentos dentro da sala de aula.

1.1 Reformas Educacionais

As reformas educacionais tem com proposta mudar a concepção e organização do trabalho escolar, segundo Souza (s\d) "o objetivo é ampliar os recursos e redefinir regras institucionais e os mecanismos de gestão, porém esse processo de reforma é realizado sob legislação e normas educacionais, acompanhados pela criação e reformulação de órgãos, disponibilizando assim os recursos e a melhoria no sistema de informação, necessários para a construção de indicadores educacionais capazes de aferir os resultados conquistados." De acordo com Bomeny (2001), segue abaixo um breve relato histórico das reformas que ocorreram entre 1890 a 1930, de modo a entender como o sistema educacional se configurou e ainda tem se formatado até os dias de hoje:

• Reforma de Benjamin Constant (1980) centrada na atenção do ensino científico, ao invés do literário, outra questão levantada nessa reforma foi a prioridade no Ginásio Nacional que era a porta de entrada para o Ensino Superior, além disso iniciou o modelo de seriado no processo educacional.

• Reforma Epitácio Pessoa (1901) onde a educação nacional deveria priorizar a formação secundária, visando a consolidar a estrutura seriada do modelo educacional e ampliar as avaliações para todos os níveis de modo a dar certificados e elevar a qualidade de ensino.

• Reforma Rivadávia Correa (1911) revogou formalmente a reforma anterior, eliminando as avaliações e deixando o ensino completamente livre, abolindo os certificados. Essa reforma ficou marcada como desregulamentadora, promovendo o caos na educação nacional com a omissão total do Estado.

• Reforma Carlos Maximiliano (1915) voltou atrás de algumas decisões da reforma anterior, restaurando os certificados de conclusão, desenvolveu exames preparatórios e o exame vestibular para ingressar no ensino superior, reoficializando assim o ensino e o restabelecimento da interferência do Estado.

• Reforma Sampaio Dória de São Paulo (1920) foi considerado como o desastre pedagógico, pois consistia na reorganização do ensino primário de forma que a obrigatoriedade escolar não começasse mais aos 7 anos e sim aos 9 anos, seu intuito era alfabetizar em massa as crianças, em um curso reduzido para 2 anos, de modo a aumentar o número de vagas e acelerar o processo de alfabetização e escolarização pública.

• Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922) que centralizou a educação focando nos trabalhos manuais, na formação de professor na educação física, dando ênfase na educação moral e cívica e no ensino profissionalizante com embasamentos científicos.

• Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922) seu intuito era levar a educação para o meio rural, proporcionando formações melhores de professores, aplicação de métodos de avaliação de testes de inteligência e que todos tivessem oportunidades iguais, priorizando o aprimoramento técnico, o que mais marcou nessa reforma foi aplicação de testes psicológicos com o intuito de melhorar a aprendizagem.

• Reforma Rocha Vaz (1925) aboliu os exames preparatórios, obrigando o indivíduo a cursar o ginásio de 6 anos com frequência obrigatória, com o objetivo de promover uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes.

• Reforma Góis Calmon na Bahia (1925) tinha o objetivo de trabalhar centrado na educação física, intelectual e moral de modo a formar homens aptos para a vida em sociedade.

• Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927) focado no ensino público e na qualificação dos professores, além da reestruturação do curso normal, com essa reforma surgiram cursos de aperfeiçoamento e o estabelecimento de disciplinas específicas.

• Reforma do Distrito Federal (1928) foi considerada uma das mais radicais, com o intuito de preparar as gerações para a vida social, criando conselhos escolares e focando no ensino técnico profissionalizante.

• Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928) criou a Diretoria Técnico de Educação com o objetivo de dirigir e orientar as políticas educacionais do Estado.

Em 1930 com a revolução houve uma nova configuração na política pública educacional, com o desenvolvimento do Ministério da Educação, e após esse momento houve novas reformas sempre com a intenção de preservar a qualidade do ensino até os dias de hoje.O principal alicerce de embasamento das reformas é o sistema educacional, priorizando a rede pública, garantindo a unidade do sistema e o mesmo padrão de qualidade em todo o Brasil. (Gadotti, 1995) De acordo com Souza (s\d) as reformas educacionais tem como objetivo de suprir as necessidade das escolas com recursos adequados para o funcionamento e a qualidade do ensino promovendo o desenvolvimento da escrita, da leitura e aritmética, além de focar na qualificação profissional e na aquisição da aprendizagem.

Entretanto sabe-se que ao longo do tempo até agora há grandes polêmicas em volta dos professores, onde se percebe que muitos deles não fazem o bom uso de seu tempo em sala de aula, muitas vezes, por limitação metodológica, além disso, outra questão considerada como desafio na educação, são os pais que não participam como deveriam desse processo de decisões da escola.

1.2 A Importância das Políticas Públicas

De acordo com as investigações na literatura, entende-se a importância das políticas públicas, os quais representam uma ação do Estado perante a sociedade, no caso da pesquisa em questão, focada na educação, onde essas políticas tem um caráter social, que contribuem no sentido de administrar conflitos que garantam os interesses do capital humano. (Santos, 2012)

Conforme Schwartzman (2005) há muitos problemas no ensino básico que devem ser analisados e levados em conta pelas políticas públicas educacionais, essas questões visam a qualidade da educação, a recuperação de adolescentes e adultos jovens que por algum motivo deixaram a escola ou estão atrasados no ensino.Para que algumas situações tenham novas configurações, o currículo escolar por exemplo, deve ser reformulado com o objetivo de proporcionar um melhor atendimento as necessidades dos alunos. Desta forma, a LDB (Leis e Diretrizes e Bases) tem a intenção de preservar o direito da sociedade em fazer uso dos benefícios da escola a todos, com respeito as diferenças e limitações e que trate o indivíduo como agente de sua própria aprendizagem. (Souza, 2013)

Além disso, voltando a importância das políticas públicas, Ferreira (2014) retrata que o papel delas é de "enfrentar de frente os problemas existentes no cotidiano das escolas que reduzem a possibilidade de manter a qualidade na educação, como por exemplo focar nos problemas relacionados a fome, as drogas e violência que vem se instalando nas escolas de todo o país."

Corroborando com essa idéia, Ferreira (2014) revela também que ao se tratar de qualidade na educação, deve-se levar em conta também "a estrutura física do local de ensino, a organização escolar, além do aporte metodológico e didático que possibilite aos docentes oferecer um processo de ensino e aprendizagem com qualidade e eficiência."As políticas públicas educacionais devem centralizar seus esforços para a melhoria dessa qualidade no ensino, proporcionando meios adequados para que as instituições possam exercer seu papel com autonomia pedagógica, administrando da melhora forma possível com uma gestão

escolar forte e segura, contando com o apoio do Estado, transmitindo assim maior segurança a sociedade. (Schneider, s\d))

Sabe-se que há grandes desafios a serem superados na educação no Brasil, que de certa forma limitam o trabalho das escolas, por exemplo com relação a atuação dos professores, que muitas vezes são prejudicadas pela falta de equipamentos e condições de ensino, além da deficiência na própria formação, entre outros. Desta forma, se faz necessária e mostra-se importante a participação ativa das Políticas Públicas Educacionais.

1.3 Cronologia da Educação Brasileira

Por anos a educação brasileira permaneceu a cabo dos jesuítas quase que exclusivamente, no período que vai de 1572 a 1808. O ensino se desenvolveu a serviço de Portugal através dos cursos de filosofia e teologia, os colégios existentes seguiam a política implantada pelo Marquês de Pombal. O ensino superior na colônia foi considerado em intervalos de tempo: o período jesuítico e o período Pombalino, ambos atrelados às questões econômicas e políticas do País. Bello (2011) afirma que não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação originário da Europa. E que a educação aplicada à população indígena não tinha marcas do modelo educacional europeu.

Em 1549, juntamente com o governador geral Tomé de Souza, os jesuítas chegaram ao Brasil, também com a missão de manter colégios para o ensino primário, secundário e superior, com as devidas adaptações à realidade local. Os estabelecimentos seguiam as normas sistematizadas no tratado Ratio Estudiorium, com currículo único para estudos escolares que se dividiam em dois graus: o estudo interior até as sete séries anuais e o estudo superior que compreendiam os cursos de filosofia e teologia (DAVID et al., 2014).

Nos colégios jesuítas havia quatro graus de ensino, o curso de elementar, o de humanidade, o de artes e o de teologia destinado aos estudos externos para a preparação dos sacerdotes.

A principal função da companhia de Jesus era a de garantir a presença nos ensinamentos das ideologias e praticas das classes dominantes. Com a expulsão dos jesuítas, o sistema educacional da colônia foi abalado, a igreja católica manteve-se presente nas ideologias dominantes, no Estado, nas normas sociais e até nas pedagógicas, sendo fechados colégios e seminários e em seu lugar foram instituídas as aulas Régias, sem nenhuma ordenação entre elas.

A reforma Pombalina, no que se refere, à educação foi a primeira grande reforma no Reino português e suas colônias e tinha como objetivo substituir a escola que eram destinadas aos interesses da fé pelas escola aos fins do Estado, ao iniciar-se o século XIX o ensino brasileiro estava reduzido a quase nada, em parte pelo desmantelamento do sistema jesuítico e outra pela falta de organização.

Com a vinda da família real ao Brasil, desenvolvem-se as atividades culturais, notadamente erudita e direcionada aos membros da corte e elites locais, surge então uma reforma na educação permitindo uma ruptura

com a situação anterior, a colônia passando à posição de Metrópole. E então criada à imprensa régia em 1808, a gazeta do Rio de Janeiro, na Bahia, a idade do ouro em 1811, a biblioteca em 1810, passando a chamar-se Biblioteca Nacional posteriormente. Os cursos superiores criados por Dom João VI para as elites do seu reino foram a Academia da marinha; Academia real militar; Laboratório de química e o Curso de agricultura.

O ensino primário não constava nas preocupações da administração imperial e nem era estimulada na capital ou nas províncias, e por meio de um ato administrativo que ficou conhecido como decreto 1° de março foi criado uma escola que passou a desenvolver o método criado por Joseph Lancaster e que se estendeu até os anos de 1838, da qual o ministro Lino Coutinho fez uma avaliação sobre a qualidade e a funcionalidade desse método, concluindo que, os alunos não ficavam preparados para seguirem em outros níveis de ensino.

Em 1854, o ensino primário passou a ser chamado de elementar e tinha em seu currículo as diretrizes de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções básicas de gramaticas, princípios elementares de aritmética e o sistema de peso e medidas, mas a legislação e a definição de currículo não saíram do papel, visto que todas as condições necessárias para o funcionamento de uma rede nacional de ensino requeriam certo investimento, enquanto que a finalidade era focada na formação superior.

Os ensinos secundários e superiores tinham como objetivo atender a formação das elites dirigentes do país. A função específica do ensino secundário era orientar e preparar os estudantes para o ingresso nos cursos superiores e para ingressar ao ensino secundário não precisava ter cursado o ensino primário. O ensino técnico profissional foi tangenciado ao alongo do período imperial do Brasil, mas a quantidade de alunos matriculados ilustrava o descaso com essa modalidade, os alunos que concluíam esse tipo de ensino não era facultativo ao ingresso no ensino superior.

Iniciou-se um novo período da educação brasileira e da historia no período de 1889 á 1930, que foi rico em reformas onde se adotou o modelo politico americano baseado no sistema presidencialista onde ensino secundário é tema central dessa visão. Durante a primeira república ocorrem cinco reformas de ensino sendo a primeira realizada pelo ministro da Instrução Pública, Benjamim Constant promovendo a unificação do curricular da escola secundária acrescentando o estudo das ciências através das disciplinas como sociologia, moral, direito e economia política (DAVID et al., 2014).

O começo da modernização do ensino brasileiro se da com ingresso das ciências positivas nos currículos das escolas superiores. Com a Lei orgânica Rivadavia Correa, de 1911 os anseios positivistas são atendidos de maneira mais direta, pois acaba com o controlo do Estado sobre a concessão de diplomas, volta com os exames admissionais nas faculdades e desqualifica o ensino secundário. Mesmo que alguns autores critiquem a educação neste período por haver uma descentralização, conforme mostra Pilleti; Pilleti (1997, p. 177).

Se, por um lado, tais atribuições constituíram o início da construção de um sistema nacional de educação, por outro lado assinalaram uma profunda centralização das competências. A autonomia dos Estados e dos diversos sistemas educacionais foi limitada; quase tudo passou a depender da autoridade superior; multiplicaram-se os órgãos, as leis, os regulamentos, as portarias, etc., a limitar a ação das escolas e educadores; as funções de controle, supervisão e fiscalização tornaram-se burocráticas e rígidas, assumindo, muitas vezes, um caráter "policialesco": tal ênfase em aspectos legais, normativos, burocráticos, muitas vezes levaram a esquecer ou relegar a um plano secundário o objetivo fundamental da educação, que é o de criar condições para a formação de pessoas humanas.

Em 1915 ocorre a Reforma de Carlos Maximiliano pela pressão da sociedade de senhoril em oferecer limites aos anseios por modernização educativa, retorna a tradicional educação elitista brasileira, mas apresenta algumas alternativas à necessidade de expansão do ensino, cria o exame para ingressar no ensino superior, amplia a obrigatoriedade de apresentação do diploma das escolas secundárias para esse ingresso.

A educação na década de 1920 passou por grandes iniciativas e grandes acontecimentos originando o Partido Comunista brasileiro que no processo de planejamento de um projeto político amplo, traça alguns princípios educacionais, dentre eles destacam-se a ampliação da escola pública, multiplicação das escolas profissionais para ambos os sexos, melhorias nas condições de vida dos educadores e auxílio financeiro para crianças pobres em idade escolar, há cursos e aulas de formação política, bastante disciplinada para os membros do partido. Já em 1925 ocorre a última reforma da República, a reforma Rocha Vaz bastante conservadora, carregando ainda o caráter elitista da sociedade agroexportadora.

A crise econômica mundial de 1929 repercutiu sobre a economia brasileira, coincidindo com o período da Segunda republica grandes modificações ocorreram na década de 30 englobando áreas da politica, econômica e social, o Brasil acompanhou as mudanças e sua forma de educação teve outra alteração. Ainda no período da segunda república apareceram as reformas educacionais mais modernas, foi o inicio da Era Vargas nesse importante episódio de nossa história, protagonizada por Getúlio Vargas, procuraremos salientar a

trajetória do homem político através de relatos da explicação crítica dos projetos da nação que foram criados no seu tempo.

Após assumir, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e da saúde pública, da Indústria e Comércio e do trabalho. Devido a fortes pressões populares, aprova e promulga a Constituição de 1934, que tem um capítulo inteiro destinado à educação e Cultura, estabelecendo a educação como um direito de toda a gratuidade do ensino primário, a obrigatoriedade da escola primária integral e assistência ao estudante necessitado. Passando a ser competência da união, e fixar um plano nacional da educação e fiscalizá-lo para que possam ser traçadas as diretrizes da educação.

Segundo Barros e Costa (2012) apesar da primeira constituição da Era Vargas ter sido promulgada neste ano, a primeira lei do ensino primário só foi aprovada em dois de janeiro de 1946. Sendo a única regulamentação nacional do ensino primário desde 1827. Com o objetivo de separar o ensino primário em fundamental e supletivo, atribuindo aspectos para desenvolver a personalidade do aluno prepará-lo para à vida cultural e familiar e iniciá-lo ao mercado de trabalho.

Em relação ao ensino secundário, o regulamento se fez logo após a tomada de poder por Vargas e sofre a primeira reforma em 1931 e segunda, em 1942. Tanto na primeira realizada pelo ministro da educação Francisco Campos, quanto na segunda feita pelo, também ministro Gustavo Capanema, Reforma Capanema, cria instituições como INEP, SENAI e SENAC, o objetivo é a formação geral e a preparação para o ensino superior. A consciência patriótica é acentuada, bem como a formação do homem para todos os grandes das atividades nacional.

A educação com Vargas se viu valorizada, há muito tempo que não se tinha dado tanta atenção a ela. Agora era responsabilidade do governo. O aluno podia ser pobre ou rico, a idéia era que todos tivessem acesso à escola. Ter educação era poder vislumbrar um futuro melhor, pois nessa época o Brasil se encontrava em desenvolvimento industrial. Nesse tempo não havia diferença entre classes, a educação só queria reajustar o aluno que era indisciplinado e corrigi-lo. Ser aluno era se sentir fazer parte de um grupo, era aprender a viver, aprender a aprender, era poder esperar outra vida, sair da marginalidade.

Ao fim do estado novo e com base nas doutrinas constantes da constituição de 1946 foi instituindo pelo ministro Clemente Mariani um anteprojeto de reforma geral da educação, onde foi encaminhada a câmera federal em novembro de 1948 dando inicio a uma luta de ideias em torno das propostas institucionais, de4stacando a responsabilidade do estado quanto a educação e quanto a participação das escolas particulares de ensino. Iniciando assim uma discussão longa de treze anos sobre uma Lei de Diretrizes Básicas como explica Figueiredo:

Desde a redemocratização do país em 1946 é retomada a luta dos 'pioneiros da educação nova'. Em 1948 é apresentado pelo ministro Clemente Mariani um anteprojeto da LDB à Câmara dos Deputados [...]. Por ter sofrido grande oposição, liderada por Gustavo Capanema, que defendia o controle da educação pela União, o projeto foi 'engavetado' e só retomado em meados da década seguinte com a apresentação de substitutivos por Carlos Lacerda, sob orientação privatista (FIGUEIREDO, 2005).

Decorrido o tempo sobre o debate da LDB foi sancionada a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, durante o governo João Goulart o foi um avanço significativo para a educação. Uma parte das Forças Armadas rebelou-se contra o governo de João Goulart em 1964 originando o movimento do Regime Militar atingindo a área da educação devido o aumento do militarismo e o autoritarismo.

O militarismo impôs a ditadura militar sendo implantadas leis rígidas em relação a educação, sendo criado pela Lei nº. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL com uma ideologia bem diversificada ao que era aplicada. De acordo com David et al (2014) que explica que o alvo do MOBRAL era fazer que os alunos apenas ler e escrever sem haver preocupação com uma formação a nível superior.

Durante o regime militar a educação teve como sua máxima a função de possibilitar o desenvolvimento do raciocínio e consequentemente a repressão da livre expressão e defesa de ideias. Segundo David et al (2014) ao fim do regime militar os pensadores de diversas áreas acabaram perdendo o foco pedagógico e adquiriram atitudes politicas e passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber pedagógico.

Como os demais países da América latina, o Brasil refletia inovações com o surgimento das tecnologias, com a vontade de construir uma sociedade baseada em modelos internacionais é que a partir da década 1980 passa a pensar em um modelo de educação voltado para todos, mas que deveria atender a demanda do mercado, direcionado à formação de professore, fez-se então a ampliação das reformas educacionais (RICCI, 2003).

A década de 80 do século passado marcou uma vaga de reformas educacionais em todo mundo. Inicialmente, em virtude da pujança econômica dos países do leste asiático e de significativos investimentos na educação de sua população, os projetos voltados para a formação de profissionais para criar e operar com tecnologias sofisticadas ganharam a atenção de inúmeros artigos e ensaios. Vínculo entre novas exigências profissionais e projetos educacionais ganharam projeção em diversas

proposições internacionais (RICCI, 2003).

A redemocratização do ensino brasileiro, ferindo a Constituição Federal de 1988, elabora de forma participativa o agrupamento de diversos organismos como o Banco Mundial, Banco Internacional do Desenvolvimento que se infiltram no sistema educacional brasileiro mesmo depois do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Para entender as mudanças ocorridas na educação desta época, basta voltar o olhar para a transição do regime e verificar que as motivações pedagógicas, sociais e politicas foram os motivos centrais dessas mudanças. De modo a desenvolver nas escolas de ensino privado e principalmente na educação infantil o Construtivismo.

As reformas durante os primeiros anos da década de 90 culminaram na aprovação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasileira em substituição da LDBEN de 1964. Mas as mudanças propostas por educadores socialistas não foram aceitas pelo governo FHC, pois não atendiam as necessidades econômicas de sua política de descentralização da nação.

A nova LDB aludia à formulação do Plano Nacional da Educação que foi concretizado no ano de 2001, dando maior valorização do Ensino

Profissionalizante, gestão democrática, inclusão da educação a distância entre outros. Será considerada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu Art. 3º quando diz que o ensino será ministrado com os seguintes princípios em sua base:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

As mudanças no novo ensino médio vêm sendo estudadas desde 2013 e fundamentada definitivamente em 2017 com a denominação Reforma do Ensino Médio.

A Reforma do Ensino é uma mudança na estrutura do sistema atual, é um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. O currículo terá como referencia a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória a todas as escolas de todos os estados e municípios (BRASIL, 2017).

A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum, abrangendo as quatro áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica. A área das ciências humanas passa a compreender as disciplinas de história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas obrigatórias nos 3 anos do ensino médio serão lingua portuguesa e matemática.

O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a seguir:

I- linguagens e suas tecnologias;

II- matemática e suas tecnologias;

III- ciências da natureza e suas tecnologias;

IV- ciências humanas e sociais aplicadas;

V- formação técnica e profissional.

Cada estado e o Distrito Federal organizarão os seus currículos e as demandas dos jovens que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construírem seus projetos de vida (BRASIL, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Gadotti (1995) a Educação "é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem, em função de seus interesses, bem como um processo de formação do homem no tempo, ou seja, um fator histórico, pois representa a própria história individual de cada ser humano e que configura o homem em toda a sua realidade, além de ser um fenômeno cultural e social, a educação transmite entre o conhecimento, experiências, crenças e valores.

Através da pesquisa percebemos que o desafio das reformas educacionais e a importância das políticas públicas educacionais frente a sociedade, onde o Estado deve oferecer apoio aos munícipios, quanto a suas dificuldades na área da educação, principalmente em se tratando do ensino infantil e fundamental que são considerados o alicerce de sustentação para que os indivíduos possam progredir e se desenvolver em quanto pessoa, pois nos útilmos 30 anos a Educação tem se perdido, temos uma grande produção de analfabetos funcionais e

pessoas que não dão importância a Educação.

Devemos pensar em novas reformas educacionais, e levar em conta a bagagem educacional que se perdeu ao longo do tempo, ou seja, os governantes devem aproveitar as ideias e projetos que deram ou estão dando certo, com o intuito de melhorar cada vez mais essas propostas, mesmo se forem de adversários políticos, pois o que fica claro de acordo com a história é quese julga uma obra ou um trabalho não pelo seu mérito ou pelo benefício, mas pelo seu autor. (Ribeiro, 1993).

De acordo com Santos (2010) entende-se que "a educação de qualidade é um desafio persistente visto que o Sistema Educacional Brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para a vida cotidiana e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos a uma participação ativa na sociedade e também na promoção do desenvolvimento humano sustentável."

Os processos educacionais devem cumprir um papel social, não apenas buscando a inserção no mercado de trabalho, mas que possibilite um olhar crítico aos acontecimentos do cotidiano, ou seja, busca o respeito mútuo, espaço de participação e reconhecimento da própria história.

Desta forma, a educação é vista como um processo de humanização, que se dá ao longo da vida em sociedade, onde as práticas educativas contribuem para a construção da identidade do sujeito, cabendo ao profissional da educação preocupar-se com sua interação, refletindo sobre as mesmas, tendo claro que suas práticas são decisivas para o processo de socialização e constituição da cidadania. (Martins, s/d). Todas as transformações educacionais ocorridas ao longo da história da educação brasileira tem um princípio, meio e fim bem demarcado e facilmente observável em todos os períodos aqui levantados.

Cada período da educação brasileira cuja divisão foi baseada nos períodos devem ser considerados como os mais marcantes e os que sofreram as rupturas mais concretas na História Educação Brasileira tendo como base as alterações nas políticas econômicas que fizeram com que a educação progredisse ou retroagisse, ou na missão de formar pessoas escolarizadas e capacitadas para o mercado de trabalho.

Podemos observar que os novos tipos de ensino que foram surgindo no país de acordo com os cenários sociais, políticos e econômicos que propiciaram à transição dos sistemas educacionais diante das Leis e reformas, direitos e constituições com a finalidade de estruturar e organizar a educação no país. Os princípios de uma educação devem ter na prática o exercício da liberdade, a construção da justiça, solidariedade e o crescimento individual. A educação brasileira evolui em saltos desordenados e em diferentes direções.

REFERÊNCIAS

BARROS, Daniel Feitosa; COSTA, Marta Gomes da. Prática Educativa em Ambientes Escolares e Não-Escolares: Atribuições Profissionais do Pedagogo Social, Empresarial e Hospitalar. IV FIPED Fórum Internacional de Pedagogia, Paraíba, p.1-15, 2012. Realize Editora.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. In: Pedagogia emFoco. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br / heb14.htm>. Acesso em: 28 de fev. 2022.

BOMENY, H. Coleção Descobrindo o Brasil: os intelectuais da educação.

São Paulo: Jorge Zahar. 2001

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 de fev. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF:

Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 28 de fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao#a-base-nacionalcomum-curricular>. Acesso em: 28 de fev. 2022.

DAVID, Ellen Adriana et al. ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, Goiânia, v. 5, n. 5, p.184-200, abr. 2014. Disponível em: <http://www.faculdadearaguaia.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/19 9>. Acesso em: 28 de fev. 2022.

FERREIRA, C. S. e col. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. In Revista Labor. Nº 11. Vol. 01. 2014

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. In: Revista da UFG, Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás – Ano VII, n. 2, dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45 anos/C-reforma.html>. Acesso em: 28 de fev. 2022

GADOTTI, M. Educação Brasileira Contemporânea: desafios do ensino básico. In Centro de Referência Paulo Freire. 1995

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. In Estudos avançados. Vol 07. Nº 18. São Paulo. 1993